

Estrutura da posse de cativos no Paraná e em Minas Gerais (1872-1875)*

Renato Leite Marcondes *

Palavras-chave: posse de cativos, escravidão e desigualdades regionais.

Resumo

Apresentamos as diferenças da estrutura demográfica da população escrava e da posse de cativos entre sete localidades paranaenses e seis mineiras na década de 1870. Estas áreas mantiveram-se pouco infensas às principais atividades exportadoras do Império (o café e o açúcar), porém conservaram uma escravidão significativa até os últimos anos do escravismo brasileiro. Utilizamos como fonte básica para a pesquisa: as listas de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1873 a 1875. Adicionalmente, lançamos mão do recenseamento de 1872. Apesar do quadro geral de posses reduzidas nas duas províncias, conseguimos estabelecer grupos de cidades com propriedades cativas diferenciadas.

Key-words: slaveholding, slavery and regional inequality.

Abstract

We present the differences of the demographic structure of the enslaved population and the ownership of captives between seven paranaenses localities and six mineiras in the decade of 1870. These areas had little related to the main exporting activities of the Empire (the coffee and the sugar), however had conserved a significant number of slaves until the last years of the Brazilian slavery. We use as basic source for the research: the lists of classification of the slaves to be freed per Deep of Emancipation of 1873 the 1875. Additionally, we launch hand of the 1872 census. Despite the general picture of ownerships reduced in the two provinces, we obtain to establish groups of cities with differentiated captive properties.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Professor da FEA-RP/USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FCL/UNESP.

Estrutura da posse de cativos no Paraná e em Minas Gerais (1872-1875)*

Renato Leite Marcondes *

Introdução

O crescimento das pesquisas a respeito da estrutura da posse de cativos permitiu melhorar o entendimento da distribuição da riqueza no nosso passado colonial e imperial. A despeito de certos limites, o número de escravos serviu como proxy para o patrimônio das pessoas, cidades e até províncias. Diversos estudos analisaram a propriedade escrava entre 1750 e 1850, principalmente por meio das listas nominativas de habitantes existentes para São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Piauí e Goiás. A partir da consolidação de um conjunto de novas evidências, procuramos comparar os resultados das diversas regiões, a fim de aprimorar a compreensão das distintas realidades brasileiras.

Apesar da importância da economia cafeeira, vastos espaços do nosso território mantiveram-se mais apartados das economias exportadoras. Neste trabalho, avançamos neste sentido ao apresentarmos a estrutura da posse de cativos para duas províncias: Minas Gerais e Paraná. Assim, discutimos as características econômicas e demográficas de algumas localidades destas duas áreas, que se marcaram mais pelo abastecimento do mercado interno.

As principais fontes para a pesquisa consistiram nos registros de matrícula e nas listas de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1873 a 1875. De forma subsidiária lançamos mão do recenseamento de 1872. A partir desta documentação conseguimos formar o perfil demográfico do contingente escravo (segundo sexo, faixa etária, vínculos familiares e profissão) e da posse de cativos para as duas províncias. Ademais, procuramos comparar estes resultados com os informes disponíveis na literatura baseados nas listas nominativas de habitantes para o início do século XIX. O padrão da propriedade escrava medido por meio do número médio de escravos e da desigualdade das propriedades ajudou-nos a configurar grupos de cidades com distribuições semelhantes. Por fim, tentamos avançar alguns condicionantes das diferenças entre os grupos de localidades paranaenses e mineiras. Dividimos o artigo em três partes: a primeira referente ao Paraná, a segunda a Minas Gerais e a terceira centra-se na comparação dos resultados das duas províncias.

1-) PARANÁ

A economia paranaense caracterizou-se, no período colonial, pela existência de uma área de planalto ligada à criação, “invernada” e comercialização de animais e de outra no litoral relacionada às atividades do mar e ao embarque dos seguintes produtos: arroz, farinha de mandioca, madeiras e baetas. Em 1801, as exportações pelo porto de Paranaguá representavam tão-somente 1,6% do total exportado pela capitania de São Paulo (WESTPHALEN, 1999, p. 107). Nesse ano, a erva-mate ainda detinha uma parcela muito pequena dos valores embarcados no porto. Ao longo das primeiras décadas do século XIX, a vila de Paranaguá e também da sua comarca (a futura província do Paraná) alteraram-se em razão das exportações crescentes de erva-mate e da entrada dos bens importados para o interior, segundo Cecília Maria Westphalen:

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Professor da FEA-RP/USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FCL/UNESP.

“Paranaguá era o empório da Comarca. Exportava erva-mate vinda do planalto e beneficiada no litoral, sobretudo nos engenhos que se instalaram na vila de Morretes, nas cercanias da serra, além de arroz, madeiras e betas de embé, produtos estes do litoral, e importava fazendas secas e molhadas para fornecimento próprio e das vilas do interior. Embora sempre constante das pautas de exportação, as farinhas de mandioca não tinham mais a mesma importância econômica gozada no século anterior.” (WESTPHALEN, 1999, p. 109).

A produção de erva-mate no Paraná beneficiou-se também da política comercial do seu maior concorrente: o Paraguai. O monopólio de exportação assumido pelo governo deste país e mais tarde a Guerra do Paraguai elevaram os preços, favorecendo os produtores brasileiros. Westphalen chegou a afirmar: *“Sobem, portanto, as exportações paranaenses de erva-mate que atingem nos meados do século a 85% do valor total da exportação do Paraná.”* (1999, p. 110). Por conta deste fato, ela considerou: *“Os proprietários de engenhos e os exportadores de erva-mate, eram considerados os paranaenses em melhor situação econômica e o mate o grande negócio da Comarca, ocupando dois terços dos capitais de giro.”* (idem, p. 110).

Um retrato mais amplo das atividades econômicas da província pode ser observada no relato de Daniel P. Kidder para o final da década de 1830: *“(…) a atividade principal dos seus habitantes, é a agricultura, sendo muitas as fazendas de criação de gado vacum, muar e cavalari, além das que se dedicam à cultura dos produtos da terra. Ocupam-se, também grandemente, os paranaenses na colheita da folha denominada ‘Cassine Congonho’ ou erva do Paraguai.”* (KIDDER, 1980, p. 244). Ricardo Costa de Oliveira apontou o crescimento do comércio deste produto: *“Se em 1835/36 a exportação de Paranaguá fora de 84.602 arrobas, em 1849, a exportação já alcançaria cerca de 400 mil arrobas.”* (OLIVEIRA, 1996, v. II, p. 206-207). De acordo com um relatório do presidente da província de 1881, o Paraná forneceu cerca de três quintos do mate consumido na América Latina. Dos 110 engenhos existentes para o processamento da folha em 1879, a maioria concentrou-se na região litorânea (em Morretes e Porto de Cima) e no caminho até Curitiba, existindo alguns na estrada da capital até a Lapa (idem, p. 206).

A coleta e, até mesmo, o processamento da erva não envolviam grande volume de mão-de-obra escrava, pois poucos escravos tocavam estes empreendimentos: *“No primeiro planalto onde as atividades ligadas à erva-mate são preponderantes e crescem ao longo do século XIX, o impacto da economia do mate (extração e beneficiamento) não revela crescimento proporcional do número de escravos”* (OLIVEIRA, 1996, v. II, p. 204-205). No litoral a situação mostrou-se semelhante, deste modo, o autor afirmou a utilização principalmente de pessoas livres nas atividades relacionadas a erva-mate.

O viajante inglês Thomas P. Bigg-Wither esteve em grande parte da província do Paraná entre 1872 e 1875. Ele salientou a lucratividade da pecuária paranaense e do comércio em Curitiba: *“(…) eles não empregam o dinheiro quando se lhes oferece um negócio de pouca vantagem. A criação de gado requer muito pouco tirocinio e capital moderado, rendendo, pelo menos, cinqüenta por cento ao ano. O comércio, quando o negociante consegue fazer aliança com uma casa do Rio, que lhe dá crédito, é ainda a maneira mais fácil de fazer dinheiro. Seu único trabalho é comprar mercadorias por cem libras e revendê-las, a varejo, aos seus iludidos patrícios, por trezentas.”* (1974, p. 51). A atividade de distribuição comercial atraiu um numeroso grupo de mercadores, especialmente do meio urbano.

Ao lado do crescimento do cultivo e beneficiamento do mate, os movimentos de animais por via terrestre até a feira de Sorocaba reduziram-se na segunda metade do século XIX e a esperança foi depositada nos imigrantes europeus.¹ Apesar das rendas da província apresentarem

¹ Thomas Bigg-Wither encontrou um antigo fazendeiro de Tibagi — área próxima a Ponta Grossa — que lhe descreveu seus negócios com animais: *“Nos seus dias de rapaz, fora grande negociante de mulas e só deixara esse negócio nos últimos dois anos. Costumava ir uma vez por ano aos grandes campos de criação do Rio Grande do Sul, onde comprava uma tropa e a levava para vender na província de São Paulo. Ele e os seus camaradas, em número de seis ao todo, conduziam uma tropa de mil mulas, desde o Rio Grande até a feira de Sorocaba, [...] O velho disse-*

crescimento na década de 1860 e no início da seguinte, até o inspector da Tesouraria Provincial revelou, após o término da Guerra do Paraguai, a sua preocupação com a excessiva dependência da erva-mate para as rendas do Paraná: “*Quando tratei do estado financeiro da província, mostrei receio de que sua renda decrescesse com a diminuição do comércio da erva-mate.*” (GUIMARÃES, 1873, p. AA-17). A abertura da estrada da Graciosa em 1873 consumiu grande volume de recursos provinciais e deveria incrementar os fluxos mercantis, ligando o litoral ao planalto poderia facilitar a expansão econômica.

Os valores comercializados por via marítima com o exterior e com as demais províncias reduziram-se de 4.350 contos em 1869-70 para 2.330 em 1874-75 (Cf. SOARES, 1883, p. 39). A participação do Paraná no conjunto das exportações brasileiras manteve-se relativamente constante de 1849-50 (1,2%) a 1874-75 (1,1%). A erva-mate respondeu por 98,9% da exportação para o estrangeiro em 1872-73 (Cf. SOARES, 1881, p. 464-471). As madeiras representaram quase dois terços do comércio marítimo com outras províncias em idêntico ano mercantil, destinadas principalmente para o Rio de Janeiro. O arroz pilado e o algodão em pluma totalizavam 8,2% e 7,2%. Assim, reforça-se a dependência deste único produto para as exportações marítimas do Paraná, que no início da década de 1870 apresentava uma retração nos seus valores exportados.

Segundo Herbert S. Klein, o número de animais que passaram por Sorocaba chegou a mais 2 milhões entre 1825 e 1880, dos quais mais da metade eram mulas (Cf. KLEIN, 1989, p. 356). A média anual dos animais chegados a esta vila atingiu, em 1825-30, 21 mil e, em 1860-69, quase a 49 mil, porém se retraiu no período subsequente para 36 mil (1870-80). Se cada animal valesse cerca de 50 mil réis, a exportação somaria 1.800 contos de réis, aproximando-se do total comercializado por via marítima em 1874-75.

A população paranaense foi avaliada em cerca de 35 mil pessoas em 1830, sendo 17,3% de escravos (LUNA & KLEIN, 2002, p. 8). Em 1854, o número total de habitantes alcançou pouco mais de 58 mil, dos quais 18,0% eram cativos (FERRARINI, 1971, p. 63-64). No recenseamento de 1872, verificou-se um contingente populacional de pouco mais de 126 mil indivíduos, porém os escravos representaram tão-somente 8,3% do total. Ainda nesse ano, manteve-se uma distribuição entre sexos próxima do equilíbrio, alcançando a razão de sexo 109. As pessoas com idades de 0 a 20 anos perfizeram 48% (Cf. SLENES, 1983, p. 131). O dinamismo demográfico mostrou-se mais significativo após 1850 do que nas duas décadas anteriores, porém o segmento cativo não acompanhou o livre, reduzindo de modo expressivo a sua participação no total. Em termos das regiões, a comarca de Curitiba compreendeu cerca de um terço dos habitantes paranaenses. Por outro lado, moravam no litoral 22,1% dos paranaenses e no planalto — excluindo Curitiba — 43,9%.

A estrutura da posse de cativos no início do século XIX revelou um padrão em que predominou numericamente o pequeno escravista (de 1 a 5). Eles representaram 73% do total de proprietários em 1830, mas possuíram tão-somente um terço dos escravos. As posses mostram-se reduzidas, chegando na média 5,1.² A desigualdade da concentração da posse medida pelo índice de Gini atingiu 0,527 (Cf. LUNA & KLEIN, 2002, p. 9). O perfil da população escrava salientou um equilíbrio numérico entre os sexos, alcançando a razão de sexo a 104. A participação das crianças (0 a 14 anos) no total foi muito significativa, perfazendo a 36,6%. A proporção de crianças no conjunto das mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) — razão criança-mulher — alçou a 1.337. Por fim, a proporção de nascidos no Brasil chegou a 77% do total de cativos. Destarte, estes últimos resultados apontaram para a possibilidade de reprodução natural dos cativos, pois o perfil dos cativos não se distinguiu expressivamente dos livres. Segundo os

me que os dias florescentes desse comércio já tinham acabado. O preço das mulas no Sul subira e os preços em Sorocaba tinham caído. Todavia, o comércio continuava a ser feito, embora em menor escala do que antes.” (BIGG-WITHER, 1974, p. 362-363).

² Se dividirmos o Paraná em três regiões, verificamos distinções importantes. A média do planalto foi de 5,8 e a do litoral 5,5. Todavia, a vila de Curitiba detinha a menor média (4,1).

autores: “No Paraná, por suas características econômicas, com baixa penetração do trabalho escravo e menor potencial de aquisição de africanos, também se teriam criado condições propícias à reprodução natural dos escravos.” (idem, p. 11).

1.1-) População escrava classificada

A amostra obtida para a província do Paraná compreendeu as listas de classificação dos escravos das seguintes localidades: comarca de Curitiba (conjuntamente a São José dos Pinhais, Campo Largo, Iguaçú, Arraial Queimado e Votuverava), Lapa (incluindo Rio Negro), Paranaguá, Ponta Grossa (abarcando Tibagy), Castro, Palmeira e Antonina (congregada a Morretes e Guaratuba).³ Estas cidades detinham quase a totalidade dos cativos matriculados no Paraná (96,6%). Contudo, não conseguimos levantar as informações para todos os indivíduos matriculados destas localidades, assim a nossa amostra compreendeu cerca de três quartos deste total (73,9%), apresentando as maiores lacunas em Lapa e Antonina. Na Tabela 1 fornecemos os totais dos escravos matriculados e classificados para as localidades selecionadas em nossa pesquisa. A completude da amostragem variou de acordo com as cidades, mostrando menor para Lapa, Castro, Antonina, Morretes e Guaratuba. De outro lado, as melhores amostras ocorreram para Curitiba e, principalmente, Ponta Grossa.⁴ No conjunto levantamos informes para mais de sete mil escravos paranaenses.⁵ A comarca de Curitiba detinha o maior contingente cativo (2.053), seguida por Castro (1.376).⁶ Entretanto, as maiores participações da população escrava no total de habitantes no censo de 1872 ocorreram para Antonina (12,0%), Palmeira (9,9%), Ponta Grossa (9,9%) e Castro (9,6%). Para a comarca de Curitiba, observamos a menor participação, que chegou a tão-somente 5,8%.

Tabela 1
População Escrava Segundo a Matrícula e a Lista de Classificação (1873-1875)

Localidades	Censo de 1872	Matricula (1)	Lista de Classificação (1873/1875) (2)	(2)/(1) x 100
Antonina, Morretes e Guaratuba	1.744	1.603	1.038	64,8%
Castro	1.512	2.007	1.376	68,6%
Comarca de Curitiba ^a	2.450	2.597	2.053	79,1%
Lapa e Rio Negro	1.186	1.563	1.021	65,3%
Palmeira	629	643	475	73,9%
Paranaguá	841	871	659	75,1%
Ponta Grossa ^b	1.349	1.067	1.027	96,3%
TOTAL	9.711	10.351	7.652	73,9%

a A comarca de Curitiba abarcou a capital, São José dos Pinhais, Campo Largo, Iguaçú, Arraial Queimado e Votuverava.

b Não incluímos Tibagy nesta tabela em função da ausência do informe do número de escravos matriculados.

³ A partir de agora utilizaremos os nomes das primeiras cidades que compõe as regiões com mais de uma localidade ao nos referirmos a estas áreas. Márcia Elisa de Campos Graf (1974) já estudou esta documentação.

⁴ Para esta última tivemos um livro índice adicional depositado no Ministério da Fazenda / RJ que melhorou a amostragem.

⁵ Se incluirmos Tibagy, teremos 7.940 cativos em nossa amostra para a província do Paraná.

⁶ Não adotamos o critério utilizado por Eduardo Spiller Pena de acrescentar os filhos escravos mencionados no campo de “pessoas de família”, o que permitiu a ele chegar a um número de 2.257 escravos em 1875 a partir do livro de classificação (ver PENA, 1999, p. 333-348).

A razão de sexo na matrícula como um todo para o Paraná superou a da nossa amostra, que chegaram a 108 e 102, respectivamente. Como já vimos, a classificação favoreceu a presença das mulheres, pois elas mantinham proporcionalmente mais vínculos familiares. Entre os vários municípios paranaenses, destacamos os maiores valores para os do planalto, principalmente Lapa (109), Castro (105) e Palmeira (105), os quais se relacionaram mais com a pecuária e o comércio de animais. À exceção ocorreu para Ponta Grossa, que apresentou uma razão de 97. No litoral e na capital, notamos valores mais próximos do equilíbrio numérico entre os sexos (102 para Antonina, 98 para Paranaguá e 98 para Curitiba).⁷

A distribuição etária desta população mostrou-se bastante concentrada na faixa de 15 a 49 anos de idade (Cf. Tabela 2). No conjunto da província, este segmento correspondeu a pouco mais de dois terços do total (68,9%). As crianças (0 a 14 anos) representaram ligeiramente mais do que um quarto dos escravos de nossa amostra (27,0%).⁸ Esta proporção mostrou-se muito inferior do que a calculada por Luna e Klein em 1830, em parte isto se deveu às lacunas na nossa amostra para as pessoas menores de doze anos e maiores de cinquenta, porém podemos avançar a hipótese do tráfico interno atuar de forma mais influente nesta província relativamente próxima a áreas dinâmicas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os idosos foram pouco representativos, alcançando tão-somente 4,1%.⁹ No litoral e na capital, observamos novamente um resultado distinto do planalto, pois os indivíduos em idade ativa mostraram-se proporcionalmente mais significativos para as primeiras áreas (75,5%) em relação à segunda (62,4%).¹⁰ Por outro lado, a presença das crianças revelou-se, nos dados coletados na classificação, muito superior no planalto (34,0%) em comparação às demais áreas (19,7%). A distribuição dos idosos também apresentou certa distinção (4,9% para o litoral e Curitiba e 3,6% no planalto). Apesar das lacunas de informações para algumas cidades, com relação à razão criança-mulher, também observamos uma separação entre as regiões, com valores de 516 para o litoral e a capital e de 1.096 no planalto.

⁷ Destacamos a comarca de Curitiba para uma análise em separado do restante do planalto em razão da sua importância e particularidade em termos econômicos e demográficos.

⁸ Se compararmos os informes da classificação com os da matrícula, verificamos na segunda fonte a presença de 34,1% de pessoas nessa faixa etária. Para algumas cidades as diferenças mostraram-se mais expressivas, como, por exemplo, para a comarca de Curitiba notamos em 36,6% a participação desta faixa na matrícula contra tão-somente 19,5% na classificação. De modo semelhante, em Antonina e Morretes observamos 28,7% das pessoas matriculadas com idades entre 0 e 15 anos. De outro lado, para Lapa e Rio Negro ocorreu o contrário a classificação apresentou tão-somente 27,9% de escravos de 0 a 14 anos e a matrícula 37,1%. Assim, devemos atentar com cuidado para algumas informações da classificação, porém as diferenças entre as regiões — litoral e planalto — em termos das faixas etárias e, até mesmo, com relação à razão criança-mulher parecem se manter. Nesta caracterização por meio da matrícula, a comarca de Curitiba revelou-se mais próxima do restante do planalto.

⁹ Isto aponta para uma lacuna das informações da classificação, especialmente para os idosos (maiores de 50 anos) e, em menor grau, para as crianças (menores de 12 anos). No censo de 1872, os idosos perfizeram 8,1% com idades maiores do que 51 anos.

¹⁰ Uma exceção foi o caso de Paranaguá que se aproximou mais do perfil do planalto, pois 67,5% dos seus escravos encontravam-se na faixa de 15 a 49 anos.

Tabela 2
População Escrava Segundo Faixas Etárias (1873-1875)

Localidades	Faixas Etárias (em porcentuais)			Total
	0 a 14 anos	15 a 49 anos	50 ou mais	
Antonina, Morretes e Guaratuba	15,0%	82,9%	2,1%	100,0%
Castro	38,0%	59,7%	2,3%	100,0%
Comarca de Curitiba	19,5%	74,3%	6,2%	100,0%
Lapa e Rio Negro	27,9%	65,8%	6,3%	100,0%
Palmeira	32,7%	65,2%	2,1%	100,0%
Paranaguá	27,3%	67,5%	5,2%	100,0%
Ponta Grossa e Tibagy	35,5%	61,2%	3,3%	100,0%
TOTAL	27,0%	68,8%	4,2%	100,0%

Em comparação com as informações do início do século XIX para o Paraná, manteve-se o equilíbrio numérico entre os sexos. A participação das crianças reduziu-se significativamente, especialmente para a área litorânea. Deste modo, a razão criança-mulher também apresentou redução expressiva, de 1.377 em 1830 para 781 em 1873/75. As profissões dos escravos ajudaram-nos a entender a dinâmica demográfica. No conjunto da nossa amostra do Paraná, os agricultores representaram quase a metade das ocupações dos cativos (48,1%) e as ocupações domésticas chegaram a 36,3% (cf. Tabela 3). Estes últimas ganharam maior destaque em Curitiba (41,8%) e em Palmeira (49,6%). Em Curitiba e Paranaguá verificamos as maiores proporções para a agricultura. Os ofícios formaram uma categoria de importância, especialmente no planalto (Castro 11,0%, Ponta Grossa 17,2% e Lapa e Palmeira 6,1%). Ainda no litoral, em Antonina destacou-se os jornaleiros e os serviços relacionados à erva-mate, inclusive nos engenhos. De outro lado, no planalto, as participações das atividades agrícolas foram mais reduzidas, principalmente para Palmeira. A pecuária e os transportes mostraram-se mais relevantes nesta área. No primeiro caso, as principais localidades foram: Palmeira (13,0%), Castro (7,9%), Lapa (5,7%) e Ponta Grossa (4,9%).

Tabela 3
População Escrava Segundo suas Profissões (1873-1875)

Localidades								
Profissões	Antonina	Castro	Curitiba	Lapa	Palmeira	Paranaguá	Ponta Grossa	Total
Agricultores	45,3%	49,8%	53,1%	48,1%	29,1%	55,7%	42,4%	48,0%
Pecuária	0,1%	7,9%	0,2%	5,7%	13,0%	-	4,9%	3,4%
Transportes	0,4%	1,0%	0,4%	0,4%	0,8%	0,2%	0,4%	0,6%
Jornaleiros	11,3%	-	1,2%	0,7%	-	3,8%	0,0%	2,6%
Ofícios	5,6%	11,0%	3,3%	6,1%	6,1%	1,8%	17,2%	7,0%
Domésticos	29,0%	29,0%	41,8%	38,9%	49,6%	35,4%	33,3%	36,3%
Engenho	1,9%	-	0,1%	-	-	-	-	0,3%
Serviços	6,3%	1,4%	-	0,1%	1,4%	1,2%	1,7%	1,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Obs: Estas categorias de profissões dos escravos compreenderam as seguintes ocupações: agricultores (lavoura e roceiro), pecuária (adomador, campeiro, curtidor, lida com animais, peão, vaqueiro), transportes (arrieiro, carreiro, carroceiro, cocheiro, tropeiro), jornaleiro (aluguel e jornaleiro), ofícios (alfaiate, costureira, carpinteiro, falquejador, ferreiro, fogueteiro, marceneiro, oleiro, pedreiro, rendeira, sapateiro, serrador, padeiro, tecelão, tanoeiro), domésticos (cozinheira, criada, copeiro, doceira, serviço doméstico, engomadeira, jardineiro, lavadeira, mucama e pagem), engenho (serviço de engenho, industria e ensurrador), serviços (capataz, servente, serviço braçal, manijo, trabalhador, marinheiro, todo serviço, trolha, serviço mate e socador de café).

Apesar das informações sobre as relações familiares dos cativos não terem se apresentado de forma completa para todas as localidades, podemos notar na Tabela 4 alguns resultados. As localidades de Castro e Palmeira revelaram as maiores participações da população com vínculo familiar em relação à restante. Por outro lado, no litoral e na capital verificamos os menores percentuais. Este resultado correlacionou-se ao do indicador de reprodução, que foi mais elevado para o planalto. Como veremos adiante, as posses cativas relativamente reduzidas no Paraná, dificultavam a constituição de laços familiares mais estáveis, especialmente em Curitiba, Antonina e Paranaguá.¹¹

¹¹ Eudardo Spiller Pena “alargou” o conceito de família, compreendendo “*todo escravo classificado que apresentasse ou um cônjuge, na coluna ‘estado civil’, ou pelo menos um filho e/ou parente na coluna ‘pessoas de família’.* Chegamos, portanto, à evidência expressiva de que 43,9% dos 1.639 cativos maiores de 11 anos, classificados em 1875, apresentaram algum tipo de relação familiar. Entre estes destacam-se as mulheres solteiras ou viúvas (...)” (PENA, 1999, p. 46).

Tabela 4
População Escrava Segundo suas Relações Familiares (1873-1875)

Localidades							
Vínculos	Antonina	Castro	Curitiba	Lapa	Palmeira	Paranaguá	Ponta Grossa
Casados	2,5%	9,5%	5,5%	5,8%	4,5%	2,1%	5,6%
Viúvos	0,2%	0,4%	0,5%	1,2%	0,8%	0,1%	0,9%
Pais solteiros	1,9%	11,8%	3,9%	7,0%	11,0%	10,5%	11,4%
Filhos de pais:							
Casados/viúvos	-	11,4%	0,9%	3,5%	5,7%	0,8%	4,1%
Solteiros	4,0%	28,9%	7,8%	14,3%	31,2%	18,2%	23,5%
Netos	-	-	0,3%	0,8%	-	-	-
Irmãos	-	-	0,8%	0,8%	0,9%	-	-
Solteiros	91,4%	38,0%	80,3%	66,6%	45,9%	68,3%	54,5%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Obs: Havia ainda os seguintes números de filhos livres: Antonina (121), Castro (13), Curitiba (194), Lapa (78), Palmeira (40), Paranaguá (15) e Ponta Grossa(14).

Fornecemos na Tabela 5 as informações sobre a estrutura da posse de cativos do Paraná. Os quase oito mil escravos da província distribuíram-se por cerca de dois mil e quinhentos proprietários. A média de cativos possuídos por estes últimos foi de 3,2. Todavia, a distribuição dos escravos pelos escravistas mostrou-se desigual. Mais de quatro quintos detinham até quatro elementos em seus plantéis. Todavia, a propriedade destes correspondeu a tão-somente 45,1% do total de escravos. Desta forma, calculamos um índice de Gini para o conjunto das localidades em questão bastante reduzido (0,484). Entre as áreas paranaenses, verificamos para Curitiba a menor posse média (2,5). Nesta última cidade, o maior plantel detinha tão-somente 20 cativos. O litoral também apresentou uma propriedade escrava bastante pequena (2,8). Deste modo, o dinamismo das atividades relacionadas à erva-mate não se refletiu na posse média de cativos, as quais se reduziram fortemente em relação ao início do século XIX.

Tabela 5
População Escrava Segundo a Estrutura da Posse de Cativos (1873-1875)

Indicadores da Propriedade Escrava							
Localidades	Proprietários	Escravos	Média	D. P.	C. V.	Gini	
Antonina, Morretes e Guaratuba	386	1.038	2,7	2,74	1,02	0,441	
Castro	328	1.376	4,2	6,69	1,59	0,547	
Comarca de Curitiba	813	2.053	2,5	2,40	0,96	0,424	
Lapa e Rio Negro	248	1.021	4,1	4,61	1,12	0,506	
Palmeira	164	475	2,9	2,97	1,02	0,456	
Paranaguá	221	659	3,0	3,56	1,19	0,470	
Ponta Grossa e Tibagy	354	1.318	3,7	4,16	1,12	0,497	
TOTAL	2.514	7.940	3,2	3,94	1,23	0,484	

Obs: C. V. = coeficiente de variação e D. P = Desvio-padrão.

O planalto apresentou uma média superior (3,8), mas não tão elevada quanto às áreas exportadoras do país. Em Castro, verificamos o maior número médio de cativos (4,2) e também o maior plantel do Paraná, possuindo 66 escravos. De outro lado, a concentração da posse de

cativos revelou-se superior nesta cidade em relação às demais paranaenses. A retração da posse média de cativos nesta região de planalto mostrou-se menor do que no litoral e na comarca de Curitiba. O índice de Gini e o teste não paramétrico de *rank* corroboraram a separação destes dois grupos.¹² De um lado, as cidades litorâneas, a comarca de Curitiba e a Palmeira apresentaram as menores concentrações e distribuições da propriedade escrava mais semelhantes. Por outro lado, observamos algumas localidades do planalto (Castro, Lapa e Ponta Grossa) com médias e concentrações mais elevadas.

2-) MINAS GERAIS

A província de Minas Gerais congregou a maior população do Império, abarcando mais de dois milhões de habitantes em 1872. Durante o século XVIII, os descobertos de ouro e diamantes produziram uma transformação expressiva na colônia, gerando um *rush* para a mineração e o abastecimento das regiões auríferas. Regiões distantes que outrora não apresentavam vínculos significativos passaram a se relacionar comercialmente com Minas Gerais, como, por exemplo, do Rio Grande do Sul e até o Piauí. Esta mudança culminou com a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro.

Após o período áureo da mineração, Minas Gerais manteve o maior contingente demográfico do Império, tanto livre como cativo. Um relato da diversidade da economia mineira pode ser observado na tese de doutorado de Clotilde Paiva que levantou um conjunto bastante abrangente de censos populacionais da província: “(...) existia em Minas, durante o século XIX, uma gama variada de atividades econômicas espalhadas por todo o território: indústria têxtil, siderurgia e metalurgia, mineração, agricultura e pecuária, além de uma série de atividades artesanais e manufactureiras (artefatos de couro, metais e fibras, madeira e cerâmica, fumo, queijos, doces, farinhas, aguardente, rapadura e açúcar etc). Uma parte desta produção era destinada ao mercado interno, mas há muitas referências a relações comerciais com locais distantes dentro do território provincial e com as praças do Rio de Janeiro, Campinas e sul da Bahia.” (PAIVA, 1996, p. 30-31).

De acordo com Slenes, as exportações mineiras apresentaram significativo crescimento entre 1819 e 1873, porém em menor proporção ao conjunto brasileiro. Excluindo o ouro e os diamantes, Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins calcularam uma série para o período imperial (MARTINS & MARTINS, 1984). Apesar da grande diversidade da produção, o café tornou-se, na segunda metade do século XIX, o principal produto de exportação de Minas Gerais.¹³ Na década de 1870, este gênero representou 63,7% das exportações, desconsiderando o ouro e os diamantes (idem, p. 117). A zona da Mata produziu a quase totalidade do produto, posteriormente cresceu, a partir da década de 1880, o cultivo do cafeeiro na região Sul.¹⁴ Havia

¹² O teste de *rank* utilizado foi o de Kruskal-Wallis, no qual a hipótese nula é a igualdade das médias de escravos das cidades analisadas.

¹³ Maria do Carmo Salazar Martins, Helenice Carvalho Cruz da Silva e Maurício Antônio de Castro Lima definiram o papel da cafeicultura a partir dos mapas de população e produção para o início da década de 1860: “É certo que a expansão do cultivo e da exportação desse fruto foi rápida (com as oscilações que lhe são peculiares), especialmente a partir dos anos 60, quando ocorreu uma melhoria substancial do sistema de transportes da zona cafeeira (a abertura da União e Indústria em 1861 e a chegada dos trilhos da. D. Pedro II em 1869). Entretanto, o boom cafeeiro pouco teve a ver com a vida econômica do conjunto da província. Durante todo o Império ele permaneceu praticamente confinado a alguns municípios da zona da Mata. Como vimos acima, a cultura do café em outras regiões da província se destinava ao consumo interno. Os dados de 1862/63 nos revelam que a produção do café destinada à exportação estava concentrada em 4 freguesias do município de Leopoldina e na freguesia de Abre Campo, pertencente ao município de Ponte Nova.” (MARTINS et alii, 2002, p. 24).

¹⁴ Segundo Slenes, a Zona da Mata consistia no principal produtor de café de Minas: “Haverá pouca dúvida de que a cafeicultura, nas décadas de 1870 e 1880, constituía o centro dinâmico da economia da Zona da Mata, área que praticamente coincidia com a “região cafeeira” de Minas. Ora, a Mata em 1873 incluía 26% dos escravos de

grande preocupação do governo provincial com respeito à arrecadação dos impostos de exportação de café, pois os tropeiros conduziam o café mineiro sem pagar o tributo na província, passando a consistir, do ponto de vista fiscal, em fluminense.¹⁵ Em resposta ao ofício do presidente da província sobre a questão, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz respondeu: “(...) *o cofre provincial de Minas está onerado, precisa aumentar sua renda, e eu não vejo gênero algum em que ali se possa impor sem grande inconveniente senão o café.*” (BELÉM, 1874, p. 88). Além do café, alguns produtos tradicionais de Minas continuavam a ter significativa exportação, especialmente de produtos derivados do gado bovino e suíno (25,8% destas exportações na década de 1870), fumo (7,4%) e o ouro e os diamantes, que não foram computados. Os informes mostram-se muito precários para estes dois últimos bens, mas Slenes conseguiu verificar um expressivo crescimento deles em termos absolutos entre 1819 e 1854. Em comparação com o total, os dois produtos perfizeram 63,8% do valor total das exportações em 1845 e 36,5% em 1854. Todavia, posteriormente, houve uma retração deste segmento da economia, visto que o ouro representou tão-somente 8,0% em 1873 e, ao que tudo indica, ocorreu nesse período uma diminuição do valor da produção de diamantes com o crescimento da concorrência no mercado internacional (Cf. SLENES, 1988, p. 476-477). Assim, podemos notar uma expansão expressiva da cafeicultura em detrimento da mineração ao longo das décadas de 1850 a 1880.

Grandes áreas de Minas Gerais apresentaram condições favoráveis a criação de animais. Segundo Couto de Magalhães em 1863: “*Todo o imenso sertão do São Francisco, compreende entre o rio das Velhas e o Paranaíba, é muitíssimo apropriado para a criação do gado vacum e cavalari, e a indústria pastoril, tal qual lá a exercitamos, dá, aos que a ela se entregam, vida muito mais feliz do que a agrícola, ou metalífera.*” (MAGALHÃES, 1975, p. 40). A pecuária forneceu um leque variado de produtos para exportação. Segundo J. J. von Tschudi, no final da década de 1850, esta atividade rivalizou com a agricultura em termos de importância para a província:

“*A pecuária é tão importante para a província de Minas quanto a agricultura. [...] Minas abastece a capital do império e uma grande parte da província do Rio de Janeiro com gado de corte. [...] Nas fazendas de Minas prepara-se com o leite um queijo pequeno e redondo (queijo de Minas), de algumas libras de peso, que representa um importante artigo de exportação, e é muito apreciado pelos brasileiros. [...] O toucinho de Minas sempre obtém melhor preço nos mercados do Rio de Janeiro que o de outras províncias.*” (TSCHUDI, 1998, p. 113-114).

De outro lado, a manufatura de tecidos de algodão sofreu com a concorrência estrangeira. O autor colocou da seguinte forma: “*Até poucos anos atrás, usava-se uma grande quantidade de algodão para produzir na província um bom tecido, utilizado principalmente na confecção de camisas e de calças para os escravos, do qual se fazia uma exportação considerável para o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia (...)*” (idem, p. 115).

Laird W. Bergad em seu amplo estudo de Minas Gerais também salientou a persistência das exportações de animais:

“*The pastoral sector of the Mineiro economy remained central to the export economic structures of the southern and southwestern regions of the province (...) Animals – cattle, pigs, horses, and mules – were the second-leading Minas export category in value (excluding gold and diamonds, for which there are no data), behind coffee, from the 1850s on; they were supplemented by bacon, cheese, and hides, products which together were critical to the*

Minas, e em meados dos anos 1880, 35%. Sirva isto como um apelo à caracterização de Minas neste período como, no mínimo, entre um quarto e um terço de uma província cafeeira. Na verdade, o impacto do café sobre a economia de Minas teria sido consideravelmente maior do que o sugerido por estas porcentagens, já que a demanda combinada das áreas cafeeiras do Rio, de São Paulo e da Zona da Mata, incluindo seus centros urbanos [principalmente o município do Rio de Janeiro / RLM], deve ter exercido um efeito na estrutura de emprego da população escrava em outras regiões da província.” (SLENES, 1988, p. 457-458).

¹⁵ Após o rompimento do convênio entre as duas províncias, houve até mesmo a recusa por parte dos agentes fiscais do Rio de Janeiro em receber as guias mineiras sob o argumento de falsidade (BELÉM, 1874, p. 85).

developing Minas pastoral export sector beginning in the late eighteenth century. These same products were consumed in local markets, but like every other domestic economic variable, there are almost no known data.” (BERGAD, 1999, p. 78).

Segunda a estimativa de Paiva, Minas Gerais deveria apresentar pouco mais de setecentos mil habitantes em 1830/35 (Cf. PAIVA, 1996, p. 52). Deste total, um terço morava na região Central, onde se localizavam os antigos centros auríferos. A região Sul e Oeste congregaram as atividades mais relacionadas à agricultura de abastecimento, compreendendo um quarto e um sexto da população, respectivamente. O Triângulo e a Zona da Mata perfaziam 4,5% e 5,9%, respectivamente. Na amostra populacional levantada para 1831/32, a participação dos escravos no total da população chegou a 32,1% e a razão de sexo a 155 para a província como um todo, alcançando os maiores valores na Mata (39,5% e 181, respectivamente, cf. PAIVA, 1996, p. 201-209). A distribuição etária dos cativos revelou uma parcela significativa de crianças: 29% (Cf. idem, p. 211). A posse média de cativos de Minas Gerais alcançou 6,6 escravos por escravista. Entre as diversas regiões, a área Sudeste e a da Mata atingiram as médias superiores (7,9 e 7,6, respectivamente, cf. idem, p. 212-214).

No recenseamento de 1872, Minas Gerais contou com pouco mais de dois milhões de habitantes, dos quais quase quatrocentos mil consistiam em escravos. A região Central e Oeste retraíram suas parcelas a cerca de um quarto e um oitavo dos mineiros, respectivamente. De outro lado, a Mata cresceu sua proporção para um sexto do total (Cf. WIRTH, 1982, p. 61). Houve uma significativa redução da participação dos cativos no conjunto da população em relação da década de 1830, perfazendo 18,7%.¹⁶ A razão de sexo também diminuiu para 117. As pessoas entre 0 e 20 anos perfizeram 37% do total (Cf. SLENES, 1983, p. 131). Assim, apesar do crescimento numérico dos escravos mineiros, a sua parcela no conjunto de habitantes e o seu perfil mostraram um dinamismo não tão acentuado quanto às províncias vizinhas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

2.1-) População escrava classificada

A nossa amostra para Minas Gerais compreendeu as seguintes localidades: Santo Antonio do Monte, Paracatu, Dolores da Marmelada, Patos, Ponte Nova e Ouro Preto. As quatro primeiras encontram-se situadas na região Oeste.¹⁷ Ponte Nova localiza-se na Zona da Mata, próxima a fronteira com a região Central, a qual compreende Ouro Preto.¹⁸ Tais municípios compreendiam

¹⁶ De acordo com os mapas de população de 1861, Martins, Silva e Lima observaram: “(...) *as comarcas de Muriaé, Paraíba e Rio Pomba, situadas na região conhecida como Mata, apresentam uma porcentagem de escravos em relação à população livre bastante superior à média da província (34,58%, 41,07% e 41,77%, respectivamente).*” (MARTINS *et alii*, 2002, p. 5).

¹⁷ A documentação utilizada para estas localidades já foi estudada por Clotilde Paiva e Douglas Libby. Segundo os autores, os municípios do Oeste “*eram bem representativos da economia diversificada voltada para o mercado interno que, como já se sinalizou, caracterizava boa parte das Minas Gerais no oitocentos. É provável que a agricultura de Paracatu tenha sido menos comercializada que a dos outros municípios devido a seu isolamento com relação aos mercados, mas desde 1809 a região já enviava boiadas para a cidade do Rio de Janeiro e as listas nominativas de 1831-1832 indicam que tanto lá quanto no Oeste Mineiro a Indústria têxtil doméstica era florescente*” (PAIVA & LIBBY, 1995, p. 216). Na segunda metade do século XIX, o quadro mantém-se muito semelhante para a região de Paracatu e Patos, assumindo a criação de gado vacum e suíno uma grande importância nestes municípios de acordo com os informes de José Joaquim da Silva (1997) para o final da década de 1870 e de Laird W. Bergad (1999, p. 59). Entretanto, na descrição da região de Indaiá, que compreende Santo Antonio do Monte e Dolores da Marmelada, o dinamismo da agricultura foi reduzido, dificultado pelas comunicações ruins com os principais mercados da província (Cf. BERGAD, 1999, p. 58).

¹⁸ A respeito de Ponte Nova, José Joaquim da Silva apontou, em 1877: “*tem-se tornado assaz importante não só pelo seu comércio, como pela sua lavoura; em seu município há para mais de 140 engenhos de cana, onde se fabricam muitas centenas de arrobas de açúcar e muitas dezenas de pipas de aguardente para exportação; além de que, também ali, já se cultiva o café em larga escala e todos os mais gêneros do País.*” (SILVA, 1997, p. 150). Houve a

tão-somente pouco mais de um vigésimo do total dos escravos recenseados na província. A participação dos escravos na população total registrada para estas cidades chegou a 10,9%, bastante inferior à parcela média da província. Como esperado, os valores atingiram os menores patamares em Paracatu (7,7%) e Patos (9,3%) e o maior em Ponte Nova (13,3%). No seu conjunto, verificamos 13.123 cativos nestas localidades, que representou pouco mais de dois terços do total matriculado (Cf. Tabela 6). A maior lacuna em nossas amostras ocorreu para Dores da Marmelada.¹⁹

Tabela 6
População Escrava Segundo o Censo e Lista de Classificação (1872-1875)

Localidades	Censo de 1872	Matrícula de 1872/73 (1)	Lista de Classificação (1872) (2)	(2)/(1) x 100
Dores da Marmelada	2.666	2.124	1.252	58,9%
Ouro Preto	5.632	3.133	2.397	76,5%
Paracatu	2.638	1.812	1.185	65,4%
Patos	1.395	1.259	1.230	97,7%
Ponte Nova	7.604	8.434	5.585	66,2%
Santo Antonio do Monte	1.842	1.695	1.475	87,0%
TOTAL	21.777	18.447	13.124	71,1%

A razão de sexo dos cativos alcançou 121 para o conjunto das seis localidades em estudo de Minas Gerais. O maior valor foi de Ponte Nova (149) e o menor para Paracatu (93). A distribuição etária também revelou uma elevada participação de crianças (36,1%), porém desconsiderando as cidades de Ponte Nova e Dores da Marmelada, esta parcela diminuiu para 29,7% (Cf. Tabela 7).²⁰ As pessoas em idade ativa corresponderam a pouco mais da metade dos escravos. Por fim, os idosos constituíram pouco mais de um décimo do total, porém em Ouro Preto tal porcentual alcançou a elevada parcela de 16,3%.

criação de um engenho central em Ponte Nova na década de 1880. Com relação à região de Ouro Preto, Bergad anotou a importância da agricultura de subsistência e da pequena manufatura têxtil (1999, p. 58).

¹⁹ Existem algumas diferenças expressivas entre as informações do censo de 1872 e da matrícula de 1872/1873. No caso de Ouro Preto, a diferença chegou a quase 80%, talvez em decorrência da inclusão de algumas freguesias de Itabira no censo.

²⁰ No caso de Ponte Nova, havia a falta da informação das idades para 10,5% dos escravos, especialmente de pessoas casadas ou com filhos. Se utilizarmos os informes da matrícula disponível para este município, observamos uma razão de sexo de 139 e a participação de 37,7% para as crianças e de 54,6% para os em idade ativa. Por fim, os idosos representaram 7,7% da população cativa matriculada até 1873. Para a matrícula de Dores da Marmelada, a razão de sexo chegou a 108 e as participações das faixas etárias atingiram os seguintes valores: 39,1%, 55,8% e 5,1%.

Tabela 7
População Escrava Segundo Faixa Etária (1872-1875)

Faixas Etárias (em percentuais)				
Localidades	0 a 14 anos	15 a 49 anos	50 ou mais	TOTAL
Dores da Marmelada	10,7%	84,6%	4,7%	100,0%
Ouro Preto	28,4%	55,3%	16,3%	100,0%
Paracatu	27,1%	67,2%	5,7%	100,0%
Patos	34,4%	56,9%	8,7%	100,0%
Ponte Nova	50,5%	34,5%	15,0%	100,0%
Santo Antonio do Monte	29,8%	58,8%	11,4%	100,0%
TOTAL	36,1% ^a	51,6%	12,3%	100,0%

a Sem Ponte Nova e Marmelada, as participações das faixas etárias seriam as seguintes: 29,7%, 58,7% e 11,6%, respectivamente.

Como já verificado por outros autores, a capacidade reprodutiva mineira evidenciou-se de modo significativo, pois a razão criança-mulher chegou a 1.027 para as localidades em questão, desconsiderando Marmelada e Ponte Nova. Paiva e Libby argumentaram que “*a natureza da economia mineira, especialmente devido a sua orientação para o mercado interno, favorecia o crescimento reprodutivo natural em contraste com as economias de sistemas escravistas dependentes da agroexportação. (...) Portanto, de acordo com nossos pressupostos, a fecundidade das mulheres escravas permaneceu relativamente constante ao longo do século.*” (1995, p. 227). As relações familiares entre os cativos abarcaram entre um terço e a metade dos cativos, a exceção de Marmelada, possivelmente em razão da ausência de informação sobre os vínculos entre pais e filhos. Em Paracatu, verificamos a maior participação das pessoas com relações de parentesco, em sua grande maioria de pais solteiros e seus filhos.

Tabela 8
População Escrava Segundo suas Relações Familiares (1872-1875)

L o c a l i d a d e s						
Vínculos	Marmelada	Monte	Ouro Preto	Paracatu	Patos	Ponte Nova
Casados	16,8%	10,4%	6,7%	5,7%	10,2%	5,2%
Viúvos	1,2%	1,7%	0,9%	1,5%	0,6%	0,3%
Pais solteiros	-	6,5%	6,2%	14,1%	9,0%	11,4%
Filhos de pais:						
Casados/viúvos	-	4,6%	2,7%	5,0%	7,3%	4,6%
Solteiros	-	10,4%	11,6%	24,8%	19,1%	17,5%
Netos	-	-	-	0,3%	-	0,3%
Irmãos	-	-	4,2%	0,3%	0,2%	7,1%
Solteiros	82,0%	66,4%	67,7%	48,3%	53,6%	53,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

As atividades agrícolas envolveram mais da metade dos cativos mineiros, segundo as Tabelas 9 e 10. Dentre as diferentes localidades, Paracatu e Ouro Preto apresentaram as menores participações da faina agrícola. Na primeira havia grande destaque para a pecuária — os vaqueiros — e na segunda o grupo de transportes — carreiros e tropeiros. Além disto, nestas duas, observamos grande participação dos ligados aos serviços domésticos. Por outro lado, em Santo Antonio do Monte, existiu um grande número de fiandeiras, explicando o grande percentual dos ofícios. Por fim, em Ponte Nova, notamos a maior participação da agricultura, grande parte relacionada ao cultivo do café.

Tabela 9
População Escrava Segundo Profissões (1872-1875)

L o c a l i d a d e s			
Profissões	Marmelada	Monte	Ouro Preto
Agricultores	47,3%	49,2%	38,9%
Pecuária	0,6%	0,4%	0,2%
Transportes	1,9%	0,5%	6,8%
Jornaleiros	-	-	1,6%
Ofícios	17,8%	22,8%	15,5%
Domésticos	32,3%	26,0%	33,4%
Engenho	-	0,5%	-
Serviços	0,1%	0,6%	3,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 10
População Escrava Segundo Profissões (1872-1875)

Localidades				
Profissões	Paracatu	Patos	Ponte Nova	TOTAL
Agricultores	33,5%	49,7%	70,1%	52,2%
Pecuária	4,6%	1,3%	0,2%	0,9%
Transportes	2,0%	0,6%	2,6%	2,8%
Jornaleiros	-	-	-	0,3%
Ofícios	18,8%	11,3%	6,9%	13,8%
Domésticos	40,4%	36,1%	18,7%	28,5%
Engenho	-	-	0,0%	0,1%
Serviços	0,7	1,0%	1,6%	1,5%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A estrutura da posse de cativos das cidades analisadas mostrou uma diferenciação importante. Dos mais de três mil e quinhentos proprietários, poucos detinham posses elevadas, sendo a média de 3,7 cativos por escravista.²¹ A maior média ocorreu em Ponte Nova (4,3), que também mantinha o maior plantel mineiro entre as localidades relacionadas na Tabela 11, compreendendo 56 cativos. A concentração da posse apresentou distinções importantes, de um lado Dolores da Marmelada e Paracatu com desigualdades bastante reduzidas e de outro Ponte Nova e Ouro Preto com índices de Gini mais elevados. Para o conjunto dos municípios em questão, a concentração revelou-se bastante inferior à das demais províncias (0,510). No entanto, quando analisamos a distribuição da propriedade escrava por meio do teste de média, notamos, de modo crescente, um primeiro grupo abarcando Dolores da Marmelada e Santo Antonio do Monte e um segundo compreendendo Ouro Preto, Patos e Paracatu. Por fim, verificamos, de forma isolada, Ponte Nova.

Tabela 11
População Escrava Segundo a Estrutura da Posse de Cativos (1872-1875)
Indicadores da Propriedade Escrava

Localidades	Proprietários	Escravos	Média	D.V.	C.V.	Gini
Dolores da Marmelada	479	1.252	2,6	3,4	1,28	0,457
Ouro Preto	603	2.384	4,0	5,3	1,33	0,535
Paracatu	356	1.185	3,3	3,2	0,97	0,449
Patos	355	1.230	3,5	3,6	1,03	0,473
Ponte Nova	1.296	5.585	4,3	5,7	1,32	0,527
Santo Antonio do Monte	490	1.475	3,0	3,5	1,15	0,473
TOTAL	3.579	13.111	3,7	4,7	1,29	0,510

Obs: D. P. = desvio-padrão e C. V. = coeficiente de variação.

²¹ Algumas informações mais parciais podem corroborar o padrão observado nestas cidades para outras áreas da província de Minas Gerais. Com base em relações individuais de matrícula, verificamos um conjunto de 185 escravistas de Diamantina — na região Norte de Minas Gerais — abarcando 858 cativos e de 123 proprietários de Bonfim — na região central — compreendendo 449 escravos. Estas amostras representaram tão-somente cerca de um décimo dos escravos destes municípios. A posse média de cativos alcançou 4,6 e 3,7, respectivamente. Em Diamantina, observamos a presença de um plantel de 77 cativos.

3-) DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA NO PARANÁ E EM MINAS GERAIS

As duas províncias apresentaram uma propriedade escrava reduzida, em média inferior a quatro cativos. Todavia, apesar deste quadro, notamos distinções significativas entre o conjunto de cidades estudadas. Deste modo, procuramos estabelecer grupos de localidades de acordo com as distribuições da posse cativa mais semelhantes, por meio do teste de *rank* para a média (Kruskal-Wallis e Mann Whitney).

Na comparação das duas províncias, observamos uma razão de sexo superior em Minas Gerais. De outro lado, o perfil etário das duas populações mostrou-se relativamente próximo, porém existia uma maior proporção de crianças e idosos em Minas Gerais. Em termos das atividades dos escravos, esta última província destacou-se com relação à outra na agricultura, transportes e ofícios. No Paraná, a pecuária e os serviços domésticos detinham uma maior importância relativa. Por fim, a posse média de cativos e a sua concentração revelaram-se um pouco mais elevadas em Minas Gerais, especialmente em função da presença de Ponte Nova.

Como podemos observar na Tabela 12, em anexo, as localidades das duas províncias podem ser agrupadas em dois subconjuntos com número médio de cativos semelhantes.²² O primeiro compreendeu uma escravaria média mais reduzida e abarcou a capital e o litoral paranaense e, do lado de Minas, Dolores da Marmelada e Santo Antonio do Monte.²³ Este agrupamento revelou-se muito heterogêneo, envolvendo desde as cidades paranaenses mais litorâneas e urbanas a áreas mineiras muito distantes do mar com pequeno grau de urbanização.

De outro lado, o segundo grupo apresentou um plantel médio superior e abarcou as localidades do planalto paranaense — à exceção de Lapa e Rio Negro —, Patos, Paracatu e da capital de Minas Gerais. Apesar deste último grupo ser formado por municípios mais distantes dos grandes mercados dos paranaenses e mineiros, à exceção de Ouro Preto, estas cidades conseguiram, principalmente, por meio da pecuária e do comércio de seus produtos (animais de corte e couros) alcançar tais mercados em maior intensidade do que os do primeiro grupo. Deste modo, compreendemos a existência de posses diferenciadas dentro da economia mais direcionada para o mercado interno. Por fim, no último grupo das maiores médias abarcou Ponte Nova e, talvez ao uso de relações individuais, Lapa e Rio Negro. Destarte, as distinções mais relevantes não ocorreram entre as províncias, mas dentro dos seus territórios. Como já afirmado, tais propriedades foram pequenas em comparação com as áreas mais relacionadas as culturas de exportação, como, por exemplo, ocorreu em Ponte Nova.

4-) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Viajantes e relatos de época:

BELÉM, Francisco Leite da Costa. *Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1874 o vice-presidente*. Ouro Preto: Typ. De J. F. de Paula Castro, 1874.

BIGG-WHITER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná*. Rio de Janeiro: José Olympio/Curitiba: UFPR, 1974.

GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Relatório com que o exm. sr. vice-presidente da província, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléia*

²² Ponte Nova forneceu uma distribuição distinta das demais cidades em questão, pois se mostrou mais vinculada à economia canavieira e cafeeira na Zona da Mata mineira.

²³ Palmeira foi uma exceção, pois apesar de situar-se no planalto aproximou-se mais do perfil do litoral e de Curitiba.

- Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873*. Curitiba, Typ. da Viúva Lopes, 1873.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1980.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Estatística do comércio marítimo do Brasil do exercício de 1872-73*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Introdução retrospectiva da estatística do comércio marítimo do Brasil no exercício de 1874-75*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- Fontes secundárias (citadas):
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. “A dança da riqueza”: variações na fortuna pessoal em Juiz de Fora (1870/1914). *I Encontro de Pós-graduandos em História Econômica*. Araraquara: UNESP, setembro de 2002.
- ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. v. 11, n. 22, mar./ago. 1991, p. 93-132.
- BERGAD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- FERRARINI, Sebastião. *A escravidão negra na província do Paraná*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1971.
- FRANCO NETTO, Fernando. *Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850/1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP/Campus de Assis/Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus de Guarapuava, 2000.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UFRJ, 1998.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População escrava da província do Paraná: a partir das listas de classificação para emancipação - 1873 e 1886*. Dissertação (Mestrado em História) – SCHLA/UFPR, 1974.
- JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais no XXº Século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia, 1911.
- KLEIN, Herbert S. A oferta de mueres no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Econômicos*. v. 19, n. 2, mai./ago. 1989, p. 347-372.
- LUNA, Francisco Vidal. Economia e sociedade escravista em Minas Gerais e São Paulo na década de 1830. *XII Economic History Congress*. Buenos Aires, 2002.
- MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e escravidão: dimensões materiais da sociedade no segundo reinado: Bonfim / MG*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 2000.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz & LIMA, Maurício Antônio de Castro. *Mineiridade: diversidade uniforme, retrato de Minas no terceiro quartel do século XIX: população e economia*. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP, 2002 (cd-rom).
- MARTINS, Roberto Borges & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 58, 1984, p. 104-120.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. *Economia escravista e preços de escravos em Minas Gerais: o caso de Sabará entre 1850 e 1887*. Dissertação (Mestrado em História) – CEDEPLAR/UFMG, 1997.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A trajetória econômica da erva-mate no Paraná (1722-1930). *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica*. Niterói: ABPHE/UFF, 1996, p. 200-219.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, 1996.

- PAIVA, Clotilde Andrade & LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. v. 25, nº 2, mai./ago. 1995, p. 203-233.
- PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.
- SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1997.
- SLENES, Robert Wayne. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. v. 18, n. 3, set./dez. 1988, p. 449-495.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850/1888*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 2001.
- TSCHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1998.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Comércio exterior do Brasil meridional*. Curitiba: CD, 1999.
- WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXO

Tabela 12
Distribuição das Localidades Segundo o Teste de Rank (1872-1875)

Grupos de Localidades	Proprietários	Média	Rank Médio
Grupo 1:			
Dores da Marmelada	479	2,6	1.227,19
Comarca de Curitiba	813	2,5	1.253,81
Antonina, Morretes e Guaratuba	386	2,7	1.278,61
Palmeira	164	2,9	1.321,29
Paranaguá	221	3,0	1.332,08
Santo Antonio do Monte	490	3,0	1.323,23
Grupo 2:			
Ouro Preto	603	4,0	987,35
Patos	355	3,5	994,32
Paracatu	356	3,3	1.002,29
Ponta Grossa e Tibagy	354	3,7	1.005,72
Castro	328	4,2	1.011,61
Grupo 3			
Lapa e Rio Negro	248	4,1	770,30
Ponte Nova	1.296	4,3	772,92

Obs: Para a formação do grupo 1 e 2 utilizamos o teste de Kruskal-Wallis e o 3 o de Mann Whitney, assumimos um nível de significância de 10%. Não devemos comparar o *rank* médio entre os grupos, mas tão-somente dentro do grupo.